



Dispersão e concentração espaciais dos cursos de Relações Internacionais no Brasil: contrastes e desafios da expansão da oferta nacional

Spatial dispersion and concentration of International Relations undergraduate programs in Brazil: contrasts and challenges to the national offer expansion

DOI: 10.21530/ci.v14n1.2019.867

Matheus Hoffmann Pfrimer¹

Giovanni Hideki Chinaglia Okado²

Resumo

O crescimento acelerado dos cursos de Relações Internacionais (RI) no Brasil revela contrastes e desafios. Esse processo de expansão pode ser periodizado em cinco momentos: protoperíodo, expansionismo privado, transição privado-pública, expansionismo público e período de reconcentração geográfica. O penúltimo deles foi caracterizado pelo fomento público de novos cursos de RI a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007. Nesse período, cria-se vários cursos de RI em universidades federais. Contudo, a aprovação da Emenda Constitucional n. 95 em 2016, que estabeleceu o contingenciamento de gastos públicos, parece marcar o fim desse período. Este artigo investiga a dispersão e a concentração espacial decorrente desse crescimento, demonstrando, por meio da análise espacial e quantitativa, a herança deixada pelo Reuni para a universalização do ensino de RI. Para tanto, utilizou-se dados secundários sobre

1 Possui doutorado e pós-doutorado em Geografia Política pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Goiás (UFG) atuando nas áreas de Geopolítica e Segurança Internacional.

2 Possui mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é doutorando em Relações Internacionais pela mesma universidade e atua como professor de Geopolítica e Segurança Internacional do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

Artigo submetido em 27/11/2018 e aprovado em 06/03/2019.





os cursos de RI disponibilizados no Portal do Ministério da Educação e Cultura (E-MEC). A análise revela que a expansão de cursos de RI caracteriza-se pela concentração espacial, em que a lógica da universalização do ensino é suplantada pela exclusão espacial, originando um período de reconcentração geográfica. Essa herança indica a estagnação do número de cursos.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Dispersão Espacial; Concentração Espacial; Brasil.

Abstract

The accelerated growth of International Relations (IR) programs in Brazil reveals contrasts and challenges. This expansion can be periodized into five moments: proto-period, private expansionism, private-public transition, public expansionism, and period of geographic reconcentration. Public support of new IR programs from the Support Program for the Restructuring and Expansion of Federal Universities (Reuni) in 2007, characterizes the fourth period. During this stage, several IR programs were created at Federal Universities. However, the approval of Constitutional Amendment no. 95 in 2016, which establishes a cap on public spending, seems to mark the end of this period. This article investigates the dispersion and spatial concentration resulting from such growth, characterizing, through spatial and quantitative analysis, Reuni's legacy towards the universalization of IR undergraduate programs. In order to do so, we draw on secondary data on IR programs made available in the Portal of the Ministry of Education and Culture (E-MEC). The analysis reveals that the dispersion model of IR programs in Brazil is marked by spatial concentration, in which the logic of universalization of education is supplanted by spatial exclusion, giving rise to a new period that we called geographic reconcentration. This legacy points towards the stagnation of IR.

Keywords: International Relations; Spatial Dispersion; Spatial Concentration; Brazil.

Introdução

O centenário do surgimento do curso de Relações Internacionais (RI) no mundo está próximo, assim como também se aproxima o quinquentenário de tal curso no Brasil. A ciência da política internacional, em analogia à Carr (2001), já não está mais em sua infância, e se encontra cada vez mais amadurecida. Do surgimento da cátedra Woodrow Wilson na Universidade de Aberystwyth até hoje, passando pela criação do primeiro curso no país, na Universidade de Brasília, é notável o desenvolvimento acadêmico das RI, que pode ser avaliada, entre





outros aspectos, pela difusão dos cursos em instituições de ensino superior (IES) no mundo e no Brasil. Essa difusão não ocorreu de maneira linear e atravessou vários desafios (políticos, econômicos, sociais, institucionais etc.), sendo que alguns deles ainda estão presentes na atualidade e exigem uma atenção especial. Nesse sentido, o propósito deste artigo é analisar um desafio atual específico: os contrastes decorrentes da dispersão dos cursos de Relações Internacionais pelo Brasil e suas possíveis implicações para a sustentação desse processo.

O principal questionamento levantado neste artigo é se haverá continuidade ou não do processo de expansão da oferta de cursos de RI pelo Brasil nas próximas décadas. Parte-se da hipótese de que esse processo de expansão está gerando uma concentração espacial desses cursos, em que a lógica da universalização do ensino cada vez mais é suplantada pela lógica da concentração espacial, o que poderá levar à estagnação – ou pior, redução – do número de cursos no país. Nessa perspectiva, quanto maior a distribuição espacial de cursos de RI pelo território nacional, maiores são as possibilidades e oportunidades de universalização do ensino de RI, especialmente em regiões onde há um número significativo de estudantes no ensino médio. E, quanto maior a concentração espacial, menores são as possibilidades e oportunidades da universalização da oferta do ensino de RI, afetando principalmente os polos das regiões mais periféricas (cidades pequenas, médias e interiores).

Para os propósitos da análise espacial, empregamos aqui o conceito de dispersão espacial para nos referirmos ao grau de distribuição dos cursos por todo o território nacional, particularmente quando a distribuição não se situa apenas nos centros, mas também nas periferias. Parte-se da premissa que quanto maior for a dispersão para além dos centros nacionais, maior a possibilidade e as oportunidades de universalização do acesso ao ensino de RI, particularmente nas periferias nacionais. O conceito de concentração espacial se refere à quantidade de cursos que se localizam na região de influência dos centros urbanos nacionais (GOTTMANN, 1980). Dessa forma, a análise espacial parte do enfoque centro-periferia, levando em conta o grau de concentração e dispersão do padrão espacial dos cursos. Para as finalidades do artigo, não iremos necessariamente trabalhar com o conceito de centralidade, pois essa categoria analítica implica uma análise mais profunda do grau de integração e influência entre os cursos, o que foge do escopo do artigo. Isso significaria analisar a funcionalidade da relação econômica e política entre os cursos, bem como quais cursos seriam mais influentes, estabelecendo-se enquanto polos em relação aos demais cursos de RI.





Até o momento, boa parte da produção científica acerca do ensino de RI no Brasil dedica-se à análise da evolução histórica dos cursos, dos conteúdos programáticos previstos nos projetos pedagógicos, das pesquisas e estudos elaborados e das perspectivas do mercado de trabalho (LESSA, 2005a; MIYAMOTO, 1999; RIBEIRO; KATO; RAINER, 2013; HERZ, 2000; BRIGAGÃO, 2004; VIZENTINI, 2005). Mais recentemente, essas discussões renderam uma edição especial do *Meridiano 47 – Journal of Global Studies*, intitulada “Desafios e Caminhos do Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações Internacionais no Brasil” (IBRI, 2017). Ainda é incipiente, contudo, a bibliografia disponível sobre a expansão e a sustentabilidade³ dos cursos de Relações Internacionais no Brasil – como se nota em Ferreira (2016), por exemplo –, o que torna oportuna a reflexão ora proposta, considerando os quase cinquenta anos da criação do primeiro curso no país.

Em termos metodológicos, esta pesquisa é pautada pela análise espacial e pelos métodos quantitativo e qualitativo. Decidiu-se pela utilização de cartografia temática como forma de compreender a posição locacional e relacional dos cursos. Com esse intuito, construiu-se as cartografias a partir do *software* de Sistema de Informação Geográfica (SIG) Philcarto (WANIEZ, 2017). Os dados coletados foram agregados por municípios brasileiros e exploram: a) número de cursos por categoria administrativa da Instituição de Ensino Superior (IES); b) número de vagas; c) desempenho no ENADE 2015; d) ano de criação do curso. Uma parte dos dados secundários sobre os cursos de RI foi coletada por meio do inventário disponibilizado no Portal do Ministério da Educação e Cultura (e-MEC) (MEC, 2017a). Já os dados sobre alunos matriculados no terceiro ano do ensino médio em 2017 foram coletados na plataforma do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (INEP) a partir do Censo Escolar (INEP, 2017). Os dados foram coletados em maio de 2017. Como o processo de criação e extinção de cursos é dinâmico, adverte-se que algum outro curso possa se encontrar atualmente já em estágio de criação, oferta ou de fechamento.

A presente investigação científica espera contribuir para refletir sobre a realidade atual e futura dos cursos de Relações Internacionais no Brasil. Para tanto, estrutura-se este artigo em três partes. Na primeira, busca-se avaliar a evolução dos arranjos espaciais desses cursos pelo Brasil, empreendendo uma periodização dos marcos temporais de expansão e constituição dos cursos de RI no Brasil. Na segunda parte, procura-se entender a consolidação do ciclo de expansão e de concentração

3 Neste artigo, não se debate a sustentabilidade financeira do curso, particularmente na atual conjuntura econômica de contenção dos gastos públicos. Debate-se a sustentabilidade por meio da análise espacial.





dos cursos de Relações Internacionais nas IES públicas federais. E, finalmente, na terceira parte, discutem-se alguns desafios futuros para a área no país.

A evolução dos cursos de Relações Internacionais no Brasil: periodização e dispersão/concentração espaciais

A evolução dos cursos de Relações Internacionais no Brasil é tradicionalmente dividida em três períodos (ALMEIDA, 2006; HERZ, 2000; MIYAMOTO, 1999, 2003). Um primeiro período de constituição da área no Brasil a partir da abertura e funcionamento dos primeiros cursos, particularmente com a criação do primeiro curso de RI na Universidade de Brasília (UnB), em 1974. Um segundo período, que teve início com a aprovação da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB), promulgada pela Lei nº 9.394, de 1996, no qual houve um *boom* no processo de expansão dos cursos de RI por meio das IES privadas. Por fim, um último período, a partir da aprovação e implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que teria levado a um incremento substancial de cursos de RI em IES públicas federais.

À diferença de outras análises histórico-descritivas (MIYAMOTO, 1999; GONÇALVES, 2002; LESSA, 2005a), propõe-se, neste artigo, uma periodização do processo de expansão do ensino de RI baseada não apenas em elementos político-institucionais, mas também na análise espacial. Dessa forma, consideram-se tanto as diretrizes político-institucionais – especialmente da análise dos documentos responsáveis pela implementação de políticas públicas para o ensino superior – quanto os dados estatísticos de cada período oriundos do banco de dados do e-MEC.

Identifica-se um período inicial, aqui denominado de protoperíodo (ou período do pioneirismo), e outros quatro períodos específicos, com características próprias: expansionismo privado, transição privado-pública, expansionismo público e reconcentração geográfica. O período precursor, protoperíodo ou período do pioneirismo, estendeu-se de 1974, data da criação do primeiro curso na UnB, até meados da década de 1990 (FERREIRA, 2016). Esse período foi caracterizado pela escassa criação de cursos de graduação e excessiva concentração geográfica. Até então, o curso de Relações Internacionais ainda era desconhecido do público brasileiro e a profissão muito pouco acessível fora dos grandes centros urbanos. Além do curso da UnB, havia o curso da Universidade Estácio de Sá (UNESA), no Rio de Janeiro, com caráter voltado para a área de comércio exterior.





O segundo período pode ser denominado de expansionismo privado, na medida em que as IES privadas se tornaram predominantemente responsáveis pela oferta de cursos de RI. Ela teve sua gênese a partir da constituição do arcabouço institucional e regulatório do ensino superior com a aprovação da LDB e da Lei nº 9.131/95, a qual dispõe sobre as competências do Conselho Nacional de Educação e a atuação das Instituições de Ensino Privada sobre as competências do CNE (BRASIL, 1995; 2001a). Esses dois dispositivos legais implementaram um arranjo organizacional com o intuito de fiscalizar e verificar a qualidade do ensino superior (JULIÃO, 2009). Claramente, o efeito dessas medidas foi permitir a abertura de vários cursos em IES privadas com e sem finalidade lucrativa⁴. A dispersão espacial dos dezoito cursos existentes ao final desse período, em 2001, promoveu pouca alteração na concentração geográfica constatada no protoperíodo. Os cursos de RI continuaram majoritariamente presentes em grandes centros urbanos com vocação à internacionalização do setor de serviços, particularmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, e com algumas exceções no Nordeste.

O terceiro período pode ser classificado como a transição privado-pública, marcada pela fundação regulatória da oferta pública de cursos de RI. Ela teve sua gênese com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 10.172/2001, que procurou incentivar o processo de expansão do ensino superior, não apenas na área de RI, como também em outras áreas (BRASIL, 2001c). Ademais, esse instrumento legal estabeleceu as metas e bases de expansão, bem como os instrumentos avaliativos, muito embora esses somente seriam efetivamente implementados em um período posterior. Esse contexto também foi marcado por instrumentos de crédito para o financiamento estudantil, como a reestruturação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) (BRASIL, 2001b; 2005).

A implementação das políticas públicas mencionadas para educação impulsionou a expansão dos cursos de RI, notadamente por meio das IES sem fins lucrativos, mas já inaugurando a criação deles em IES públicas. Nesse terceiro período, houve uma dispersão espacial dos cursos pelo Brasil, notadamente em direção às regiões Sul e Centro-Oeste, e uma diminuição da concentração geográfica na região Sudeste, sobretudo, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Houve ainda

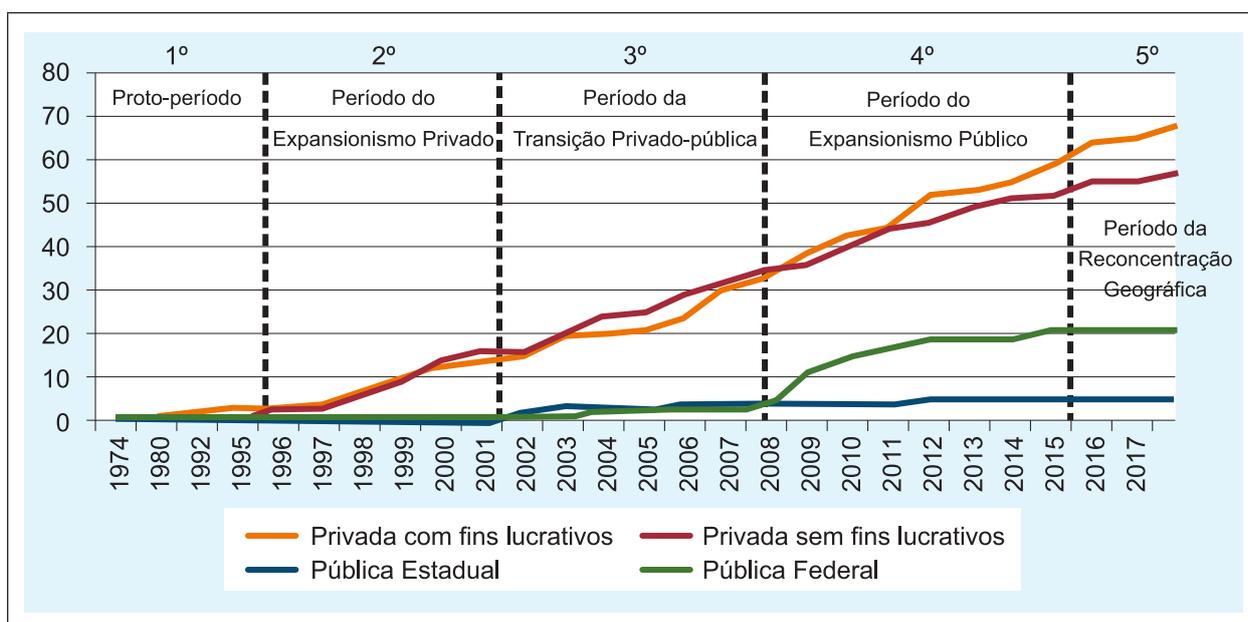
4 Conforme o disposto no art. 20 da LDB, alterada pela Lei nº 12.020, de 2009, uma instituição privada sem fins lucrativos é instituída por pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas sem a finalidade lucrativa e pode ser comunitária – quando representantes da comunidade a mantêm – ou confessional – quando atende a orientação confessional e ideologia específicas.



uma abertura tímida de cursos em IES públicas estaduais, mais especificamente dos cursos nos *campi* da Universidade Estadual Paulista (UNESP), em Franca e Marília, da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). No entanto, a abertura de cursos de RI em IES públicas federais foi inexpressiva, contando com poucos casos, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esse processo teve continuidade até 2008, quando ocorreu uma mudança significativa na participação das IES públicas federais.

O quarto período, o do expansionismo público, foi caracterizado pela expansão dos cursos de RI por meio das IES federais. As políticas públicas, PNE e financiamento estudantil passaram a ter efeito a partir de 2008, principalmente por causa do Reuni (BRASIL, 2007). Claramente, as IES públicas federais começaram a desempenhar um papel relevante no ensino de RI a partir desse programa. Houve uma dispersão espacial ainda maior, direcionada, também, para as regiões Norte e Nordeste, seguindo a lógica de universalização do acesso ao ensino superior proposta pelo Reuni (ver Figuras 1 e 2). Entretanto, essa expansão foi acompanhada por uma concentração espacial, de modo que a oferta de cursos de RI continuou concentrada nas regiões Sudeste e Sul. Esse período teve a sua clausura a partir de 2016, quando da aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016, que estabeleceu o contingenciamento dos gastos públicos (BRASIL, 2016).

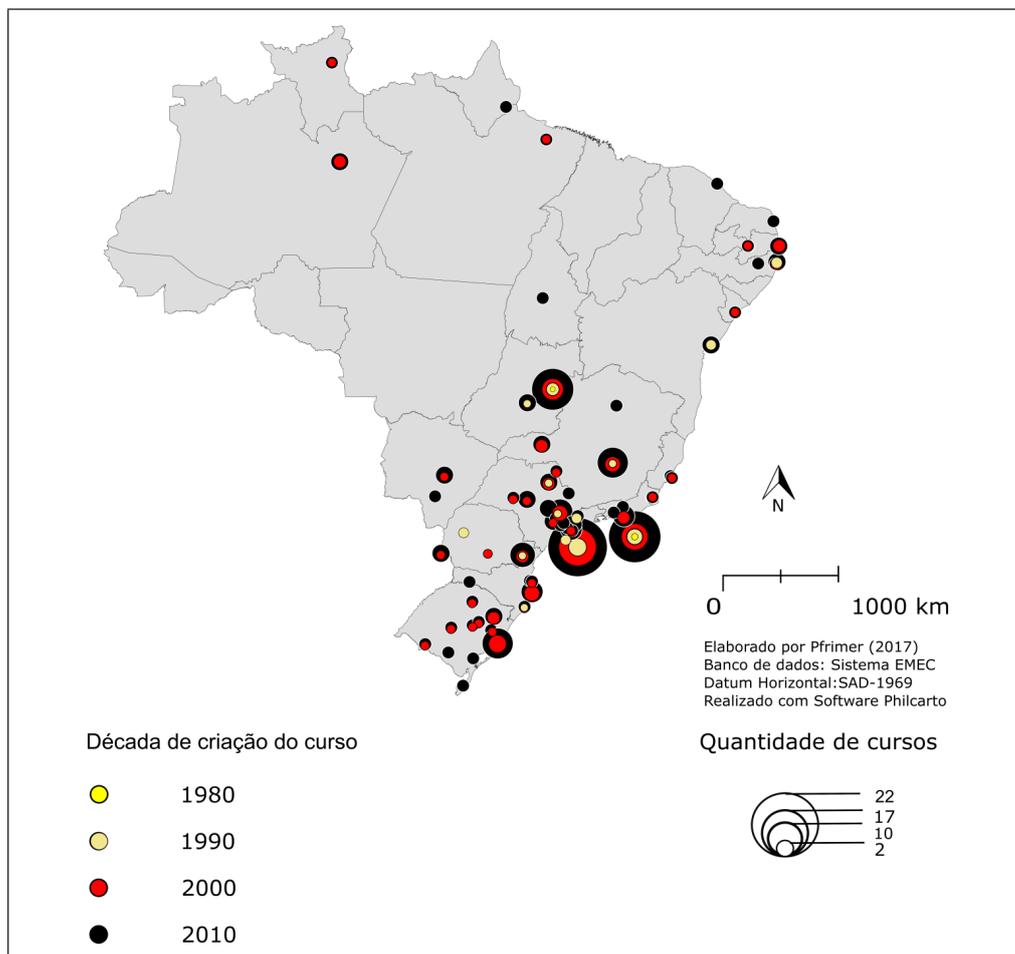
Figura 1 – Períodos da Expansão da oferta de cursos de Relações Internacionais entre os anos de 1974 a 2017 por categoria administrativa



Fonte: Adaptação a partir de Maia (2017) e Cadastro e-MEC (MEC, 2017a).



Figura 2 – Total de cursos de graduação em Relações Internacionais criados por município no Brasil, 1974-2017



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Cadastro e-MEC (MEC, 2017a).

Em linhas gerais, o período inicial descrito anteriormente também é identificado por Miyamoto (1999), Lessa (2005a) e Herz (2000). Esses mesmos autores identificam um segundo período de expansão, que corresponderia aos segundo e terceiro períodos acima tratados. Para o propósito deste artigo, subdividiu-se esse segundo período em outros dois, porque se notou dois movimentos. O primeiro deles foi um conjunto de políticas públicas que incentivaram tanto a demanda discente para ingressar no ensino superior, como o FIES e o PROUNI, quanto a oferta de cursos em IES públicas, como o PNE. O segundo foi a continuação do *boom* dos cursos de RI nas IES privadas, mas com as condições pré-estabelecidas para o que seria o expansionismo nas IES públicas federais, impulsionado pelo Reuni. O terceiro período apresentado pelos autores corresponderia ao quarto período da periodização proposta aqui, que será tratada adiante. Essa periodização não constitui, necessariamente, um esforço intelectual original, e sim uma reinterpretação da literatura existente, adicionando a ela uma análise espacial.





Algumas explicações sobre os condicionantes da expansão dos cursos de RI pelo Brasil são encontradas na literatura. Miyamoto (2003) e Lessa (2005b), por exemplo, discorrem que a criação dos cursos de RI em IES, o estado da arte dessa ciência no país e as preocupações sobre o mercado de trabalho estão indissolavelmente ligados à maior projeção do Brasil no cenário internacional, tanto em termos políticos quanto econômicos. Para os dois autores, à medida que aumenta a internacionalização do país, crescem o interesse pelo curso e a demanda pelo bacharel em RI. Essa correlação explica o lento crescimento do protoperíodo dos cursos, entre 1974 e o final dos anos de 1990, considerando a baixa internacionalização do país, e o *boom* dos demais períodos, a partir da década de 2000, com o aumento da internacionalização, somada à influência do Reuni.

O quinto e último período é denominado de reconcentração geográfica, caracterizada pela consolidação dos cursos de Relações Internacionais no Brasil após 2016, com a perspectiva de que o número atual de aproximadamente cento e cinquenta cursos tenha atingido o ápice e de que haverá estagnação – ou até mesmo redução (ver Figura 1). À primeira vista, essa estagnação pode ser justificada por pelo menos quatro motivos: a ausência da criação do curso em novas instituições, o fechamento de cursos em algumas instituições, a diminuição do número de alunos ingressantes e as incertezas quanto ao mercado de trabalho. No entanto, é necessário um estudo mais amplo, que extrapole a finalidade deste artigo, para compreender esses e, inclusive, outros motivos da estagnação.

Nesse último período, a especialização da oferta de cursos de RI consolidou-se por meio da concentração espacial, particularmente se reconcentrando nas regiões Sul e Sudeste. Uma discussão do legado deixado por essa distribuição espacial deve ser repensada diante do contexto que se estabelece a partir de 2016. Concomitantemente, teve início uma discussão para se estabelecer, minimamente, parâmetros comuns a todos os cursos nacionais de RI. Isso se iniciou com uma proposta preliminar de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) apresentada pela Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) em 2013 e que se estendeu até o debate das DCNs propostas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) – as quais foram aprovadas em 2017 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2017b). Em outras palavras, há uma preocupação maior com a qualidade dos cursos de RI, e não com a quantidade ou a universalização do ensino.

A dispersão espacial identificada em períodos anteriores, na verdade, acompanhou as concentrações espaciais, com a reconcentração geográfica da oferta e da consolidação acadêmica dos cursos de RI desde 2016. Consequentemente, a partir do quinto período, parece haver o início de um novo contexto para a gestão





dos cursos pelo país, em que pese a aprovação da Emenda Constitucional n. 95, a qual pode acarretar condições adversas para a expansão ou sustentabilidade dos cursos existentes, sobretudo, nas IES públicas (estaduais ou federais). Trata-se de possibilidades completamente diferentes daquelas verificadas nos períodos anteriores. Dessa forma, aprofunda-se a reflexão sobre as características e elementos fundantes do quarto período e último de expansão para posteriormente refletir sobre os dilemas e desafios desse mais novo período.

O fim do ciclo de expansão e concentração dos cursos de RI nas IES públicas federais

Uma vez compreendida a dinâmica espacial da expansão dos cursos de graduação em Relações Internacionais em termos de centro e periferia, passa-se então a analisar o quarto período desse processo. Nesse contexto, o propósito desta seção é apresentar as principais características desse período, avaliando se é possível inferir que haja consolidação do processo de expansão e concentração de cursos de graduação em RI, especialmente no que tange aos cursos implantados nas IES públicas federais.

Partindo da periodização realizada na seção anterior, o período de entrada de instituições federais de ensino superior no processo de implantação de cursos de graduação em RI deu-se a partir do final dos anos 2000. Trata-se de um período ainda bastante intenso no que se refere à atuação das IES privadas. No entanto, há descontinuidades importantes, por exemplo, a passagem das IES privadas com finalidade lucrativa para o processo de dispersão de cursos pelo território nacional, enquanto as IES privadas sem finalidade lucrativa passaram a atuar essencialmente na concentração de novos cursos em núcleos urbanos já consolidados. Há, assim, uma clara divisão da atuação das IES privadas que antes tanto eram responsáveis tanto pela dispersão quanto pela concentração espacial (ver Mapa 1 da Figura 3).

Com a intermitente expansão e dispersão das IES privadas na oferta de cursos de Relações Internacionais, os graves problemas estruturais das IES públicas e o substancial crescimento econômico dos anos 2000, o estado brasileiro procurou impulsionar o surgimento de novos cursos de graduação em diversas áreas. Entre os cursos abertos, os da área de ciências humanas foram os mais volumosamente criados, uma vez que exigiam menores gastos em infraestruturas e equipamentos (FERREIRA, 2016).





A implementação de políticas públicas na área da educação, como mencionado na seção anterior, foi impulsionada pelo Reuni. Segundo o MEC, esse programa tinha os seguintes propósitos: a) garantir às faculdades e universidades condições para o crescimento e manutenção das faculdades e universidade; b) assegurar a qualidade através da inovação acadêmica; c) promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação e a educação básica, profissional e técnica; d) otimizar o uso de recursos humanos e a estrutura das instituições federais na educação superior (MEC, 2008, p. 3). Mais explicitamente, o principal escopo das políticas públicas implementadas pelo Reuni era a universalização do ensino superior às camadas mais baixas do estrato social brasileiro.

Para se inscrever no Reuni, as IES deveriam comprometer-se a atender pequenos requisitos face aos hercúleos desafios da reestruturação e universalização do ensino superior, entre esses requisitos se encontram: a) aumentar a média para 1 professor para cada 18 alunos; b) aumentar o índice de matrícula na pós-graduação em 20 por cento em 5 anos a partir de 2007; e c) aumentar o nível de concluintes na graduação em 90 por cento (MEC, 2008).

A regulação sobre a natureza e a forma como a expansão e universalização do ensino superior seria executada pouco levou em conta as particularidades regionais de cada IES. Uma vez cumpridos os requisitos, competiam às próprias IES decidirem sobre os cursos a serem criados. Nesse contexto, questiona-se as razões para a abertura de cursos de graduação em RI em detrimento de outras áreas. Ao comentar sobre a expansão e dispersão de cursos de RI, Ferreira (2016, p. 244, tradução nossa) explica que:

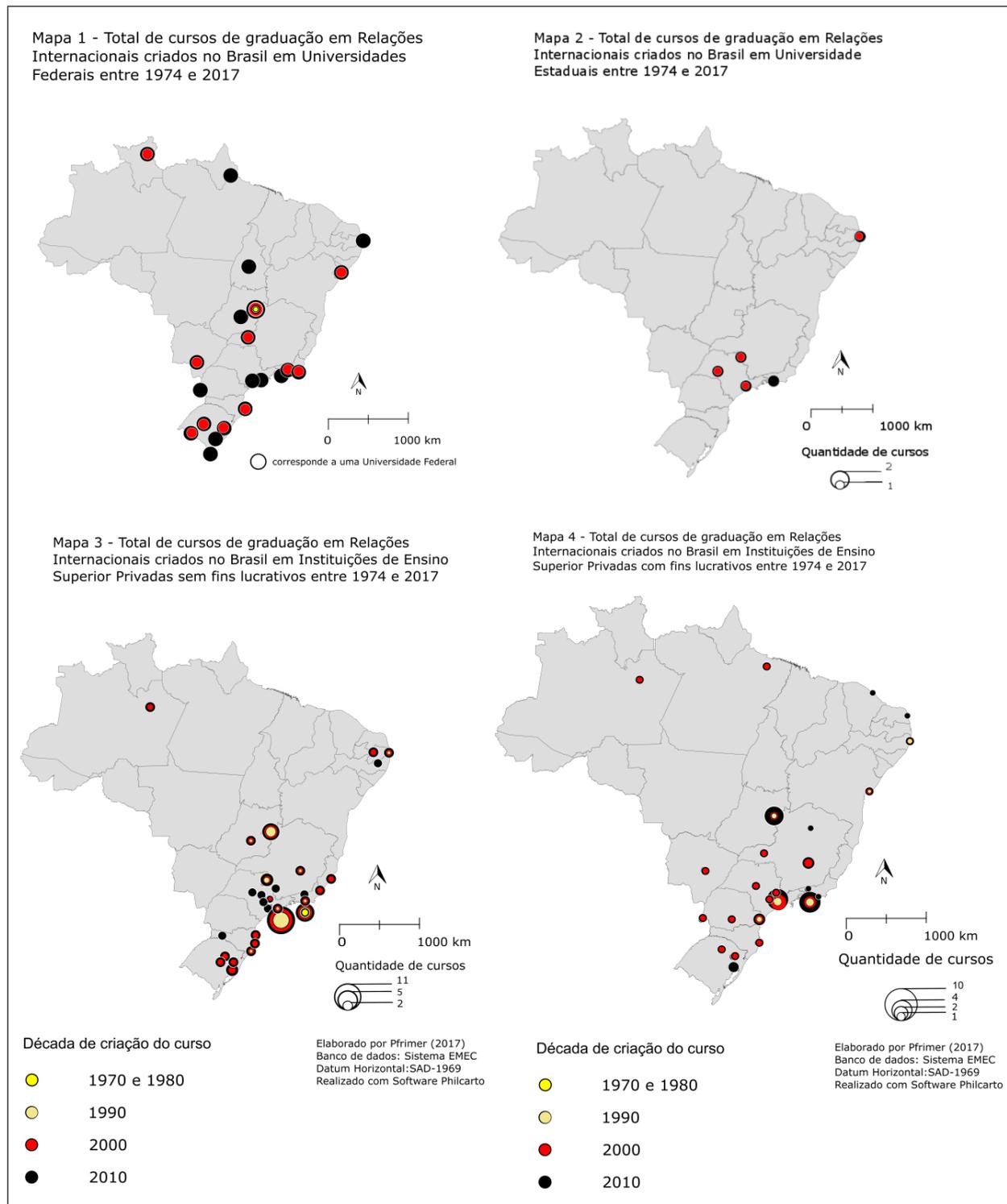
Essa distribuição chama atenção para o crescimento desequilibrado das regiões. Ademais, quando o REUNI foi assinado, as Universidades frequentemente apenas abriram novos cursos para alcançar as novas metas e conseguir fundos do MEC. Além disso, alguns diretores e administradores de Universidades Federais preferiam cursos na área de humanidades as quais não envolviam grandes investimentos em laboratórios e equipamentos. Através desse enfoque os objetivos podiam ser alcançados sem comprometer parte significativa do orçamento nos anos vindouros.⁵

5 No original: “*This distribution calls attention to the unbalanced growth of regions. Moreover, when the REUNI was signed, the universities often only opened new programs to achieve the proposed goals and to seek the funds provided by the MEC. Furthermore, some deans and administrators of federal universities preferred the programs in humanities that do not involve large investments in labs and equipment. Through this approach, the goals could be reached without compromising the budget for the following years*”.





Figura 3 – Criação e expansão de cursos de RI em municípios brasileiros por tipo de IES, 1974-2017



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Cadastro e-MEC (MEC, 2017a)

Se a criação de novos cursos da área de humanidades era preferida por razões estratégicas, resta saber os motivos da criação de cursos de RI em detrimento dos demais cursos em humanidades. Um primeiro elemento explicativo já abordado





por vários autores é a questão da crescente inserção internacional do Brasil, o que tornava a percepção do “cenário internacional” como algo da mais alta relevância pela sociedade brasileira (HERZ, 2000; LESSA, 2005b; MIYAMOTO, 1999, 2003; JULIAO, 2012). Esse dado fazia com que os cursos de RI fossem vistos como aquele *à la mode*.

Um segundo elemento explicativo se refere à facilidade com que se poderia fundar novos cursos de graduação em RI. Para essa finalidade era necessário que:

- a) o coordenador e o corpo docente do curso tivessem alguma formação na área; b) pelo menos 30% do corpo docente do curso fossem doutores; c) o Projeto Pedagógico de Curso apresentasse a estrutura do curso e que obrigatoriamente cumprisse a carga horária mínima de 2.800 horas de ensino e prática a serem integralizados em 8 semestres; e d) a infraestrutura básica e outros recursos materiais.⁶ (MEC, 2012, p. 3 tradução nossa)

Em comparação aos cursos de outras áreas, era bem mais fácil e factível atender todos esses requisitos em cursos de humanas. Ademais, outro ponto que tornava menos complexo esse processo era o fato de os cursos de Relações Internacionais não serem regulados por DCNs.

Essa evolução da expansão proporcionada pelo Reuni durou até meados da década de 2010, quando o modelo entra em estagnação. Ainda assim, alguns cursos de RI são criados em IES públicas mesmo sem serem contemplados pelo Reuni. Esses seriam os casos dos cursos de RI das Universidades Federais de Goiás (UFG) e de Tocantins (UFT).

Um último aspecto importante se refere à dispersão espacial desequilibrada dos cursos em IES públicas, como se nota nos Mapas 1 e 2 da Figura 3. A dispersão espacial não foi substancial para a universalização do ensino de RI. Parte significativa dos cursos recentemente fundados em IES públicas se deu majoritariamente no Sudeste-Sul, ademais em cidades consideradas médias ou pequenas⁷. O caso do estado do Rio Grande do Sul chama atenção, já que quatro novos cursos foram constituídos em IES federais de cidades médias, como na Universidade Federal de

6 No original: “(a) coordinator and faculty members must be graduates in the field; (b) qualification of faculty members, which requires at least 30% with the title of PhD; (c) an academic-pedagogic project, which deals with the structure of programs and recommends having compulsory and elective subjects to be offered in eight semesters during approximately 2,800 hours of teaching/practice; (d) basic infrastructure and other material resources”.

7 Os conceitos de cidades pequenas e médias possuem um largo histórico de conceituações e discussões. Para o presente estudo, adotamos a definição de Sposito (2004) na qual as cidades médias são centros regionais importantes que articulam as cidades pequenas aos grandes centros urbanos.





Santa Maria (UFSM), na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Por outro lado, poucos foram os cursos criados nos grandes centros urbanos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tornando-se essa demanda alvo essencialmente das IES privadas com finalidades lucrativas.

Em resumo, o quarto período pode ser caracterizado por uma consolidação do crescimento e oferta de cursos de RI, porém, de forma não condizente como objetivo da universalização do ensino de RI. Os elementos que mais caracterizam esse processo são: a) crescimento não planejado de cursos de RI em IES públicas; b) dispersão espacial desequilibrada; c) frágil regulação sobre a criação de cursos de RI e controle de qualidade. Em certa medida, pode-se afirmar que esse período já se encontra em esgotamento, especialmente, após o fim do Reuni e da aprovação da Emenda Constitucional 95/2016. A expansão de cursos de Relações Internacionais em IES públicas federais, um dos elementos característicos desse período, não possui maiores perspectivas de crescimento e tampouco de melhorias. Ademais, devido à crise econômica, os cursos em IES privadas, sejam com ou sem fins lucrativos, também passam por um momento crítico. Diante da problemática execução do Reuni para a universalização do ensino de RI e do cenário de crise na educação, pondera-se a seguir sobre os principais desafios colocados a partir dessa conjuntura, particularmente no que se refere à sustentação desse modelo de expansão e tentativa de universalização do ensino das Relações Internacionais no Brasil.

Desafios para os cursos de Relações Internacionais no Brasil após a expansão da oferta

Após a caracterização do quarto período de expansão dos cursos de RI e da subsequente estagnação do seu ciclo, é essencial fazer um balanço dos desafios desse processo para os anos vindouros. Partindo da premissa de que o processo de expansão chegou ao final, e diante da reconcentração geográfica, cabe perguntar se tal conjuntura permite apontar para o surgimento de um novo cenário para os cursos de RI.

Basicamente, o que transparece para os próximos anos é um cenário de grandes dificuldades. A expansão de novos cursos de RI no país já não mais segue o ritmo dos anos anteriores. O ciclo do Reuni permitiu que vários cursos de RI





fossem interiorizados, porém sem um planejamento mais acurado para os anos vindouros. O recente fim de vários meios de financiamento das universidades com a aprovação da Emenda Constitucional 95 e a redução da oferta de bolsas dificultam sobremaneira a qualidade e continuidade dos cursos de RI nos diferentes rincões do país, ainda mais porque o mercado de trabalho para os formandos se concentra nos grandes centros urbanos do país (MAIA, 2017). Dessa forma, a procura pelos cursos de RI, especialmente em IES localizadas fora dos grandes centros, tenderá a diminuir com a crise econômica e a contenção de gastos na educação.

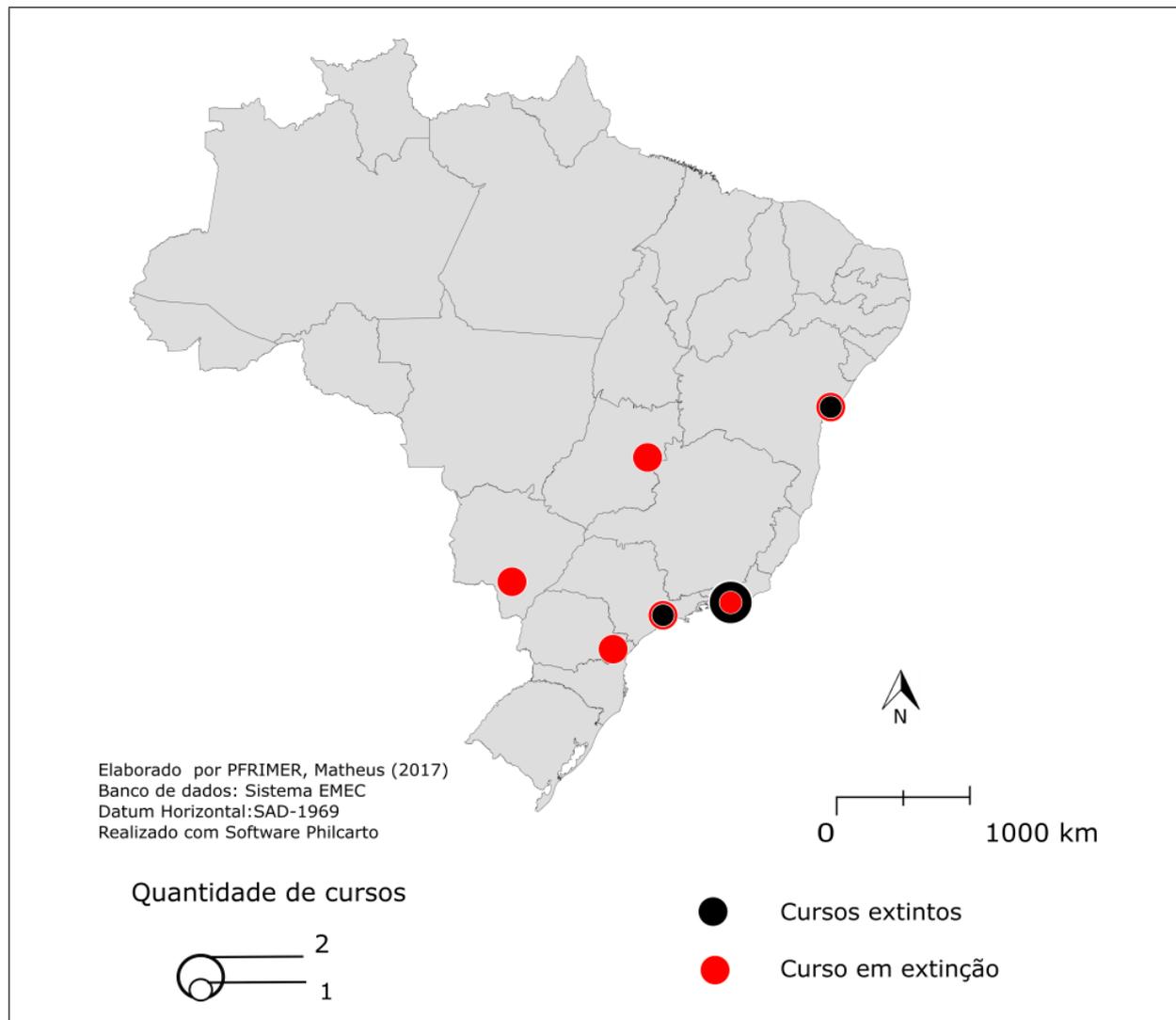
Em síntese, as principais questões desse novo contexto para os anos vindouros são: a) o fechamento de cursos em IES privadas com ou sem finalidade lucrativa; b) a diminuição da demanda e da ocupação de vagas em IES privadas localizadas em cidades pequenas e médias; c) a redução da qualidade dos cursos ofertados por IES privadas no Brasil interiorano; d) a ausência da interiorização do mercado de trabalho da área de Relações Internacionais, particularmente nas regiões Norte e Nordeste.

Um primeiro desafio desse cenário é que um número substancial de cursos ofertados pelas IES privadas vem sendo fechados (ver Figura 4). A maior parte desses se encontra nos grandes centros urbanos, especialmente devido à alta concorrência e à saturação do mercado de ensino superior (LESSA, 2005b). Uma parte menor dos cursos em IES privadas que são fechados se situam em cidades fora do eixo mais pujante do país, especialmente devido à baixa demanda. Há de se ressaltar que muitos cursos foram criados por IES privadas em cidades médias, mas sequer chegaram a ser ofertados. Outra parte dos cursos ofertados em IES privadas em cidades médias encontra-se em dificuldades de funcionamento (MIYAMOTO, 2003), como será a seguir abordado.





Figura 4 – Total de cursos de graduação em Relações Internacionais extintos e em extinção no Brasil em 2017



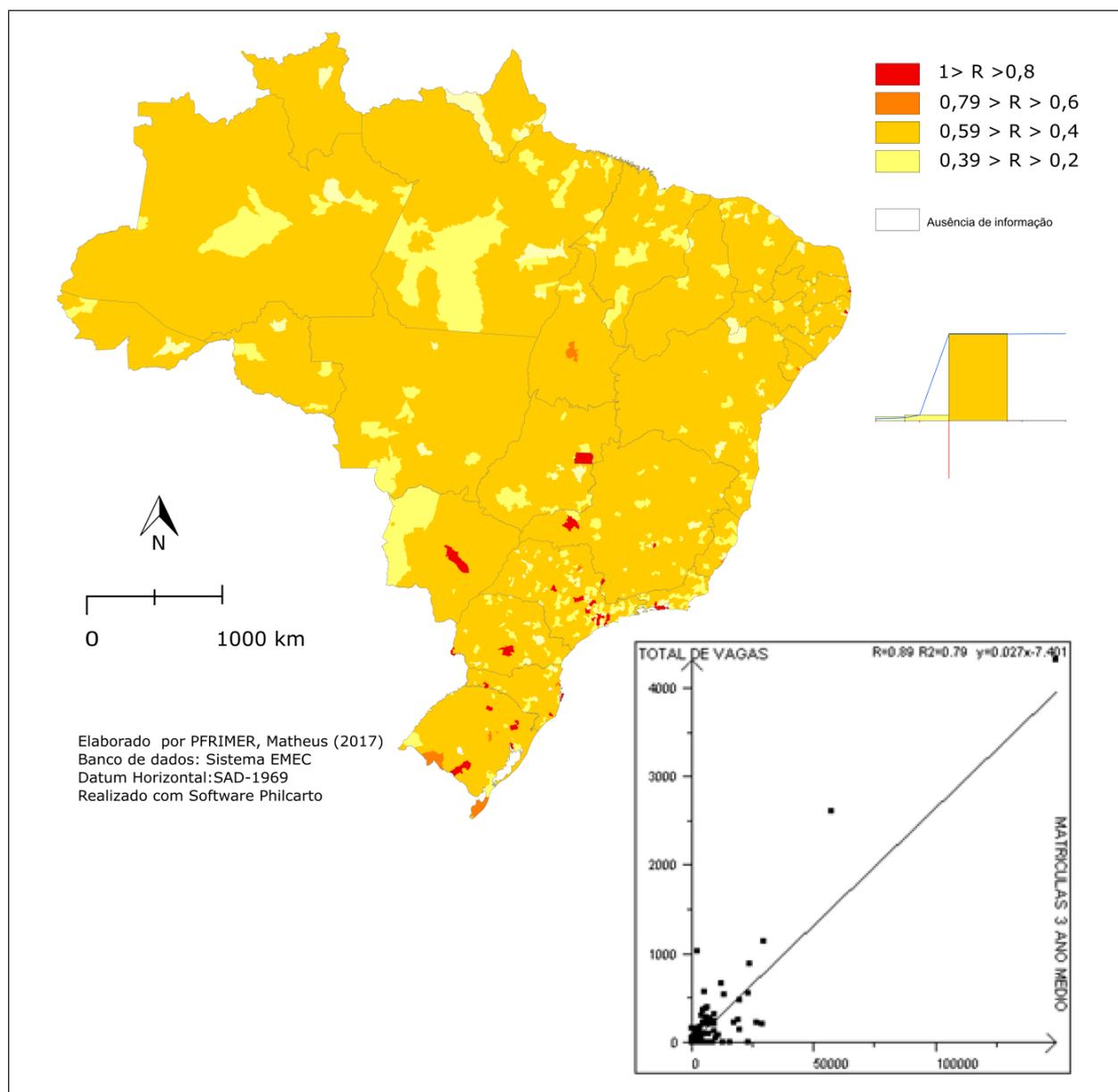
Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Cadastro e-MEC (MEC, 2017a)

Um segundo desafio que parece explicar as dificuldades pelas quais passam os cursos em IES privadas no Brasil interiorano é o fato de que a demanda e a ocupação de vagas nesses cursos não são suficientes para sustentá-los (MIYAMOTO, 2003). Por exemplo, municípios interioranos onde cursos foram fechados (ou obtiveram em 2015 notas 1 e 2 no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE) apresentam, em regressão linear simples, correlação entre o número de vagas ofertadas para cursos de graduação em RI em 2017 e o número de alunos matriculados no terceiro ano do ensino médio em 2017. De maneira geral, o resultado apresentado foi de correlação significativa entre essas duas variáveis, com o coeficiente de correlação (R^2) apresentando resultado de 0,79. A Figura 5 apresenta em vermelho os municípios que apresentam alta correlação



entre essas duas variáveis. Em geral, a correlação entre essas variáveis é alta para uma parte significativa dos municípios onde cursos de RI são ofertados com exceção de localidades como Dourados – MS, Santana do Livramento – RS, Porto Nacional – TO, dentre outros municípios⁸.

Figura 5 – Relação entre alunos matriculados no terceiro ano do Ensino Médio em 2017 e vagas em cursos de graduação em Relações Internacionais em 2017 por municípios brasileiros



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Cadastro e-MEC (MEC, 2017a) e Censo Escolar do Ensino Médio (INEP, 2017).

8 A interiorização dos cursos ofertados pelas IES públicas tem contribuído para o fechamento de cursos em IES privadas favorecendo o acesso ao ensino superior de qualidade e universal. A ressalva que se faz é que essa interiorização se fez apenas nas regiões que historicamente já ofertavam cursos de RI.



Desse resultado, depreende-se algumas explicações. Em primeiro lugar, que na maior parte dos municípios onde há cursos de RI o número de vagas para graduação apresenta correspondência com o número de alunos, de forma que quanto maior for a quantidade de alunos matriculados no terceiro ano do ensino médio, maior o número de vagas ofertadas no município que possui curso de RI. Há algumas exceções dentre as mencionadas acima, de onde advêm algumas ressalvas.

Em segundo lugar, das exceções mencionadas, pode-se dizer que o número de vagas em curso de graduação de RI é bem acima da média que seria esperada para a quantidade de alunos matriculados no terceiro ano do ensino médio. Esse dado indica que possivelmente o público-alvo e, portanto, a demanda desses municípios, seria bem menor do que no restante dos municípios onde há oferta de vagas em cursos de RI. Essa conclusão ainda pode ser precipitada, particularmente porque há um significativo fluxo de alunos que cursaram o terceiro ano do ensino médio em um dado município e que se matriculam em cursos de RI em outros estados da federação. No entanto, a grande questão é que parte dos municípios onde se encontram esses cursos não possui vocação de integrar-se com o restante do país por pelo menos três razões: eles se encontram em regiões fronteiriças, possuem baixa densidade de redes de integração e de relações socioeconômicas com o restante do território nacional, ou estão em pontos distantes das regiões mais carentes de cursos de RI.

Por último, nos municípios interioranos contemplados pelo Reuni, esse processo parece estimular a substituição do ensino de RI em IES privadas por públicas, uma vez que a demanda anteriormente atraída pelas instituições privadas se direciona para as públicas. Nesse sentido, cursos em IES privadas nestas mencionadas localidades ou estão em extinção ou apresentam qualidade incipiente.

Um terceiro desafio é que a maior parte dos cursos que apresentou baixo desempenho no ENADE 2015 (notas 1 e 2) são ofertados por IES privadas em regiões interioranas⁹. Esse resultado coloca em xeque esses cursos, caso obtenham os mesmos resultados nas próximas avaliações do ENADE. O mal resultado obtido no ENADE é em parte consequência de medidas drásticas tomadas pelas IES privadas para solucionar problemas de insuficiência da demanda local, especialmente nas

⁹ Aqui, leva-se em conta apenas o Conceito ENADE (CE), sem a adição do Conceito Preliminar de Curso (CPC).





idades pequenas e médias (MIYAMOTO, 2003) (ver Figura 6)¹⁰. Em síntese, nota-se que os cursos ofertados em IES privadas com finalidade lucrativa são os que mais vêm apresentando qualidade abaixo da desejada. Essa diferença parece refletir o entusiasmo que tomou conta do setor privado com a aprovação dos programas de financiamento estudantil. Muitos cursos foram abertos por essas IES. Com o passar dos anos e a instalação da crise econômica, parte significativa desses cursos não apresentou resultados importantes quanto à qualidade do ensino ofertada.

O último desafio se refere à ausência da interiorização do mercado de trabalho na área de Relações Internacionais, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, o que agrava ainda mais os dilemas anteriores. À exceção das cidades médias do Sul e Sudeste, os cursos de RI em cidades médias das demais regiões do país são uma exceção devido à ausência da internacionalização e da interiorização do mercado de trabalho nessas regiões. Em uma pesquisa sobre o mercado de trabalho para egressos de cursos em RI, Ribeiro, Kato e Rainer (2013) apontam que as oportunidades de trabalho encontram-se majoritariamente nos grandes centros urbanos do país e em cidades médias do Sul e Sudeste voltadas para atividades do setor secundário e, mais recentemente, para o agronegócio (MAIA; FRANCO; NEDER, 2017).

Se, por um lado, a expansão de cursos para as regiões Sudeste e Sul se deu por influência da internacionalização da economia e da participação no Mercado Comum do Sul (Mercosul) (MIYAMOTO, 1999), por outro, a interiorização da oferta de cursos de RI nas regiões Centro-Oeste, Triângulo Mineiro e Interior Paulista se deu especialmente pela expansão econômica do agronegócio e aumento da percepção do “internacional” em regiões do Brasil interiorano. No entanto, no que tange ao mercado de trabalho, o setor do agronegócio não apresenta parcela significativa do ramo de trabalho no qual os egressos de RI estão atualmente empregados, sendo responsável por apenas 1,7% dos egressos que participaram de uma pesquisa (MAIA; FRANCO; NEDER, 2017) promovida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) juntamente com a Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO)¹¹.

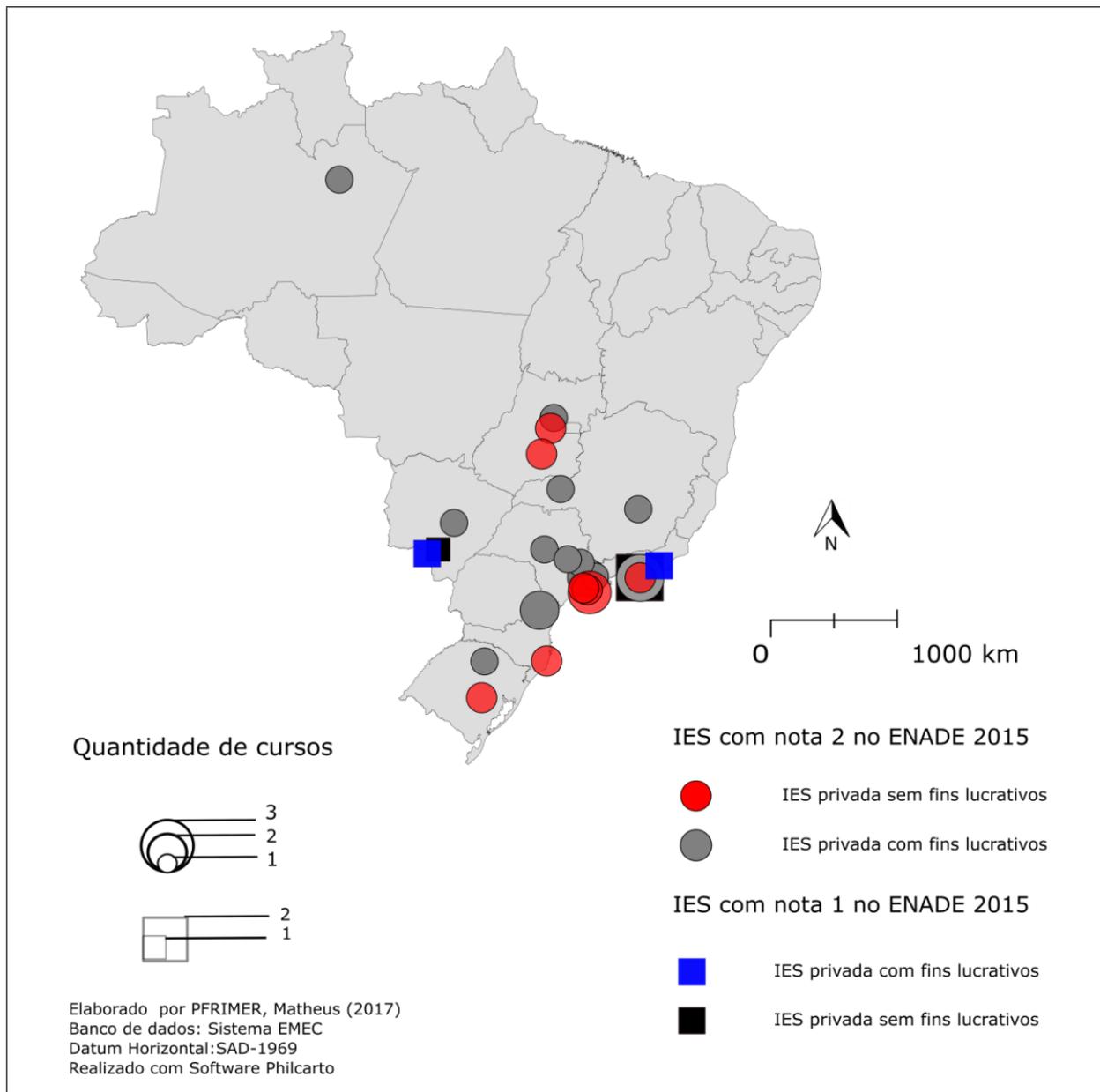
10 Vale ressaltar que o nota mínima lograda pelos cursos de RI em IES públicas federais e estaduais nacionais em 2015 foi 3. Essa avaliação é considerada mediana e, caso a nota seja repetida, não implica o fechamento de curso.

11 Há de se fazer um contraponto aqui: naturalmente, o acesso ao ensino não pode se vincular exclusivamente ao mercado de trabalho, já que o ensino superior também possui um papel importante na formação cultural e cívica do indivíduo.





Figura 6 – IES com cursos de Relações Internacionais avaliadas com notas 1 e 2 no ENADE 2015 por municípios brasileiros e categoria administrativa



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Cadastro e-MEC (MEC, 2017a).

Dessa forma, a expansão promovida pelo Reuni acabou por privilegiar a abertura de novos cursos de RI em locais onde o acesso ao ensino de RI já era substancial, em detrimento das regiões do país onde ainda a oferta do ensino de RI é restrita. Nessa perspectiva, a inclusão e universalização de RI no Brasil aconteceram de forma concentrada, dando-se nas áreas interioranas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Já nas regiões Norte e Nordeste, a estratégia adotada foi a da dispersão não planejada de cursos nas capitais de alguns poucos estados. Segundo Julião (2012), essa estratégia acabou pulverizando cursos de RI com





um orçamento destinado à educação que não acompanhava o mesmo ritmo da expansão do número de cursos criados.

Levando em conta os desafios aqui apresentados, o cenário que se verifica é o da impossibilidade da sustentação do padrão de expansão dos cursos de RI até então vigente. Esse padrão, caracterizado pela dispersão não planejada e concentração espacial desequilibrada, tenderá a se constituir nos anos vindouros como um obstáculo à consolidação dos cursos de RI recém-criados. Além disso, esse processo de crise pode engendrar a diminuição do número de cursos excessivamente criados no setor privado, promovendo assim um reequilíbrio entre o setor público e privado. Particularmente, o que se nota é que o Reuni, ainda que de forma errática, possibilitou, no campo das Relações Internacionais, a transição privado-pública, especialmente, nas cidades médias.

Em um possível cenário positivo, ainda que bem pouco provável, pode ser que, com o fim da crise econômica em curto prazo, o incremento do crescimento econômico engendre um maior processo de internacionalização do país, o que por consequência aumentaria a demanda do mercado em relação a profissionais das RI. Seguindo esse raciocínio, há uma pequena possibilidade de que o padrão de expansão de cursos de RI possa ainda se manter, mas isso dificilmente ocorrerá. Resta então refletir sobre esse período de transição que parece se implantar.

Conclusões

Após um longo histórico de pioneirismo, expansão e consolidação do estudo das Relações Internacionais no Brasil, a área enfrenta, nesses últimos cinco anos, vários dilemas no que se refere à universalização do ensino. Esses dilemas não se referem apenas a uma conjuntura de crise econômica e política que se instalou no país, mas também a uma questão estrutural da herança deixada pelas decisões e estratégias adotadas ao longo desses quase 50 anos de existência do curso no país.

Essa herança estrutural, tratada neste trabalho, diz respeito ao padrão de dispersão espacial de cursos implantado pelas políticas públicas e sua adequação às necessidades de universalização do ensino das RI. Verificou-se, por meio da análise espacial, que o modelo de dispersão de cursos de RI no Brasil é marcado pela concentração espacial, em que a lógica da universalização do ensino cada vez mais é suplantada pela lógica da concentração espacial. Os fenômenos da concentração espacial e dispersão não planejada, atrelados à atual conjuntura





de contenção orçamentária, vêm levando à estagnação – ou pior, redução – do número de cursos no país. Constata-se, assim, o declínio do modelo de expansão de cursos de RI até então vigente.

Esse novo cenário para os cursos de RI no Brasil coloca uma série de desafios para os próximos anos. Em primeiro lugar, o desafio de consolidar os cursos criados durante o Reuni fora dos grandes centros, particularmente aqueles das regiões Norte e Nordeste. Esse desafio torna-se tão mais difícil quanto maior o corte do orçamento destinado à educação. Em segundo lugar, o desafio da universalização do ensino superior das Relações Internacionais. Não há cursos de RI implementados em uma parte dos estados das regiões Norte e Nordeste, forçando o deslocamento de discentes a outros estados ou a desistência do curso. Por fim, o desafio da interiorização do mercado de trabalho de forma a permitir a sustentabilidade dos cursos que se encontram fora dos grandes centros nacionais.

Face aos desafios do quinto período, cabe à comunidade acadêmica das Relações Internacionais refletir sobre o futuro da gestão dos cursos de RI com o intuito de oferecer encaminhamentos para as políticas públicas do ensino superior para a área. Para tanto, é necessário estabelecer uma agenda de pesquisa sobre a temática, já que a bibliografia sobre gestão e sustentabilidade de cursos de RI no Brasil ainda é incipiente. Os eixos norteadores da temática poderiam envolver quatro temas de pesquisa. O primeiro deles concernente à atração espacial dos cursos e ao perfil discente. Outro tema importante de pesquisa se refere aos padrões de qualidade dos cursos (CPC, CC e ENADE) e às particularidades regionais onde os cursos se inserem. O terceiro, referente ao perfil das IES que ofertam cursos de RI e às características econômicas da região onde o curso se insere. Aqui, neste tema, procura-se regionalizar as características econômicas e seus efeitos sobre a oferta de cursos de RI, com a finalidade de verificar até que ponto o mercado de trabalho condiciona as características dos cursos de RI ofertados. Por último, um tema de pesquisa relevante se refere a compreender de que forma a presença de instituições tais como embaixadas, secretarias de RI, portos secos etc. afetam a percepção da importância da internacionalização e da atuação do profissional de RI.





Referências

- ALMEIDA, Paulo.Roberto de. *O estudo das relações internacionais do Brasil. Um diálogo entre a diplomacia e a academia*. Brasília: LGE Editora, 2006.
- BRASIL. *Lei Federal n. 9131*. Brasília: Congresso Nacional, 1995.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. Brasília: Congresso Nacional, 2001a.
- BRASIL. *Lei Federal n. 10.260*. Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. Brasília: Presidência da República, 2001b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260.htm > . (Acesso em: 10 out. 2018).
- BRASIL. *Lei Federal n. 10.172*. Plano Nacional de Educação. Brasília: Congresso Nacional. 2001c. < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf> > (Acesso em: 10 out. 2018).
- BRASIL. *Lei Federal n. 11.096*. Programa Universidade para Todos (PROUNI). Brasília: Congresso Nacional, 2005.
- BRASIL. *Decreto n.º 6.096*. Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Brasília: Congresso Nacional, 2007.
- BRASIL. *Emenda Constitucional n. 95*. Brasília: Congresso Nacional, 2016.
- BRIGAGÃO, Clovis. *Relações internacionais no Brasil: instituições, programas, cursos e redes*. Rio de Janeiro: Gramma, 2004.
- CARR, Edward. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília e Imprensa Oficial, 2001.
- CERVO, Amado Luiz. “A historiografia brasileira das Relações Internacionais”. *Revista Interamericana de Bibliografia*, v. 42, n. 3, 1992, p. 393-409.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). *Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Graduação em Relações Internacionais*. Brasília: INEP, 2016.
- FERREIRA, Marcos Alan S. V. The rise of International Relations programs in the Brazilian Federal Universities: curriculum specificities and current challenges. *Journal of Political Science Education*, v. 12, n. 3, 2016, p. 241-255.
- GONÇALVES, Williams. *Relações internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.
- GOTTMANN, Jean. *Center and periphery*. Spatial Variations in Politics. London: Sage, 1980.
- HERZ, Monica. “O crescimento da área de relações internacionais no Brasil”. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2000, p.7-40.
- IBRI. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. *Meridiano 47 – Journal of Global Studies. Dossiê Caminhos e desafios do ensino, pesquisa e extensão em RI no Brasil*. Brasília: IBRI, v. 18, 2017. Disponível em: < <http://www.ibri-rbpi.org/?p=16040> > . Acesso em: 8 mar. 2018.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar do Ensino Médio*. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset?tags=INEP&tags=censo+escolar>. Acesso em 02 mai. 2017.





- JULIAO, Taís Sandrim. ENADE 2009 e a avaliação da área de Relações Internacionais. *Mundorama*, v. 28, 2009, p. a-b.
- JULIAO, Tais Sandrim. A graduação em RI no Brasil. *Revista Monções*, v. 1, n. 1, 2012, p. 13-48.
- LESSA, Antônio Carlos. O ensino das Relações Internacionais no Brasil. In: SARAIVA, José Sombra; CERVO, Amado Luiz (Eds.) *O crescimento das relações internacionais no Brasil*. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005a, p. 33-50.
- LESSA, Antônio Carlos. Os problemas recentes e as muitas virtudes do Mercado de trabalho para profissionais de Relações Internacionais no Brasil. *Meridiano 47 – Journal of Global Studies*, v. 6, n. 58, 2005b, p. 11-12.
- MAIA, Marrielle. *O fortalecimento do papel institucional do Conselho Nacional de Educação no processo de elaboração, aperfeiçoamento e acompanhamento das políticas públicas de educação básica e superior em todas as etapas e modalidades de educação e ensino*: Documento Técnico referente ao Produto 1 do Projeto CNE/UNESCO914/BRZ1042.3. Brasília: Ministério da Educação e Cultura e Unesco, 2017.
- MAIA, Marrielle; FRANCO, Ana Maria de Paiva; NEDER, Henrique Dantas. *O fortalecimento do papel institucional do Conselho Nacional de Educação no processo de elaboração, aperfeiçoamento e acompanhamento das políticas públicas de educação básica e superior em todas as etapas e modalidades de educação e ensino*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2017.
- MEC. Ministério da Educação e Cultura. *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Relatório do Primeiro Ano*. Brasília: MEC. Ministério da Educação e Cultura, 2008. Disponível em: < http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28 > . Acesso em: 5 mai. 2017.
- MEC. Ministério da Educação e Cultura. *Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2012. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/padreli.pdf> > . Acesso em: 10 out. 2018.
- MEC. Ministério da Educação e Cultura. *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Cadastro e-MEC*. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/> > . Acessado em: 2 mai. 2017a.
- MEC. Ministério da Educação e Cultura. *Resolução n. 4 de 4 de Outubro de 2017. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2017b.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. “O ensino das relações internacionais no Brasil: o estado da arte”. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n.12, 1999, p. 83-98.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. “Ensino das Relações Internacionais do Brasil: problemas e perspectivas”. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 20, 2003, p. 103-114.





RIBEIRO, Pedro Feliú; KATO, Mariana; RAINER, Gary. Mercado de trabalho e relações internacionais no Brasil: um estudo exploratório. *Meridiano 47 – Journal of Global Studies*, v. 14, n. 135, 2013, p.10-18.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas nas cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. *Revista Investigaciones Geográficas, Cidade do México*, n. 54, 2004, p. 114-139.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. “A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil”. In: SARAIVA, José Sombra; CERVO, Amado Luiz (Eds.) *O crescimento das relações internacionais no Brasil*. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005, p. 17-35.

WANIEZ, Phillipe. Philcarto. Disponível em: < <http://philcarto.free.fr/> > . Acesso em: 11 out. 2017.

